

# DANTE DE LAYTANO: UM FOLCLORISTA NO CAMPO DOS MUSEUS OU UM PROFISSIONAL DE MUSEUS NO CAMPO DO FOLCLORE?

## *DANTE DE LAYTANO: A FOLKLORIST IN THE FIELD OF MUSEUMS OR A MUSEUM PROFESSIONAL IN THE FIELD OF FOLKLORE?*

Diogo Santos Gomes<sup>1</sup>  
Ana Carolina Gelmini de Faria<sup>2</sup>

### RESUMO

O texto analisa a relação entre o campo dos museus e o campo do folclore a partir da perspectiva do agente Dante de Laytano, diretor do Museu Julio de Castilhos (MJC) e Secretário-Geral da Comissão Estadual do Folclore do Rio Grande do Sul (CEF), na década de 1950. A pesquisa foi realizada em fontes documentais institucionais e bibliográficas, mediante uma abordagem qualitativa, tendo por aporte teórico os conceitos de campo, agente, folclore e identidade nacional para compreender como Laytano transitou entre os campos e fez do Museu um espaço que legitimaria as ações do Movimento Folclorista Brasileiro. Como resultado, identifica que este processo se desenvolveu a partir de diversos embates, fazendo do Museu Julio de Castilhos campo de batalha pela memória oficial do estado do Rio Grande do Sul, gerando conseqüentemente diversos desdobramentos, como grandes eventos nacionais, pesquisas e publicações sobre o tema do folclore. Conclui-se que a atuação do Movimento Folclorista Brasileiro no Rio Grande do Sul a partir de Laytano fez com que o Museu Julio de Castilhos fosse peça central nos debates sobre o tema, considerando que a imagem do Museu e de seu diretor estavam completamente atreladas.

**Palavras-chave:** Dante de Laytano; Museu Julio de Castilhos; História dos Museus; Folclore.

---

1 Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do projeto de pesquisa “História dos museus e da Museologia a partir da atuação de seus agentes” (2022-atual).

2 Museóloga (UNIRIO), mestre e doutora em Educação (UFRGS). Docente do Curso de Museologia do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DCI/FABICO/UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da mesma universidade (PPGMusPa/UFRGS). Coordenadora do projeto de pesquisa “História dos museus e da Museologia a partir da atuação de seus agentes” (2022-atual). Membro dos grupos de pesquisa do CNPq “Escritas da história em museus: objetos, narrativas e temporalidades” e do “GEMMUS - Grupo de Estudos em Memória, Museus e Patrimônio”.

**ABSTRACT**

*This text examines the relationship between the field of museums and the field of folklore from the perspective of Dante de Laytano, director of the Julio de Castilhos Museum (MJC) and Secretary-General of the State Commission for Folklore of Rio Grande do Sul (CEF) in the 1950s. The research was conducted using qualitative methods, drawing on institutional and bibliographic documentary sources. The theoretical framework encompassed the concepts of field, agent, folklore, and national identity, aiming to understand how Laytano navigated between these fields and transformed the museum into a space that legitimized the actions of the Brazilian Folklore Movement. As a result, it is identified that this process unfolded through various conflicts, turning the Julio de Castilhos Museum into a battlefield for the official memory of the state of Rio Grande do Sul, thus generating numerous ramifications such as major national events, research, and publications on the topic of folklore. It is concluded that the involvement of the Brazilian Folklore Movement in Rio Grande do Sul through Laytano positioned the Julio de Castilhos Museum as a central player in the debates on the subject, considering that the museum's image and that of its director were closely intertwined.*

**Keywords:** Dante de Laytano; Julio de Castilhos; Museum; Museum History; Folklore.

**INTRODUÇÃO**

Em abril de 1948, em uma iniciativa da Comissão Nacional do Folclore, foi criada a Comissão Gaúcha do Folclore, sediada no Museu Julio de Castilhos (MJC). Atuando como diretor do Museu Julio de Castilhos e Secretário Geral da Comissão Gaúcha do Folclore durante a década de 1950, Dante de Laytano foi o responsável por vincular as duas organizações e promover as ações do movimento folclórico no Estado a partir da imagem do Museu Julio de Castilhos. Durante este período, iniciou-se uma disputa pela história oficial do estado do Rio Grande do Sul, com o Movimento Folclorista e os integrantes do 35 Centro de Tradições Gaúchas (mais conhecido como 35 CTG) como principais agentes deste debate.

No Museu Julio de Castilhos foi reunida uma grande quantidade de correspondências, expedidas e recebidas no período pela instituição, ilustrando as intenções, articulações e metodologias de Laytano ao aproximar a atuação da Comissão e do Museu. Através da pesquisa “História dos museus e da Museologia a partir da atuação de seus agentes” [nº 41879 PRO-PESQ/UFRGS]<sup>3</sup>, em desenvolvimento, houve o contato com esse conjunto documental, revelando-se uma potente fonte de interpretação sobre como se deram os processos de produção, circulação e apropriação de discursos científicos, educativos, culturais e políticos de agentes e organizações que compõem o campo museal. Nessa perspectiva, o recorte da pesquisa, aqui

<sup>3</sup> A pesquisa tem o certificado de apresentação de apreciação ética sob número 58646822.5.0000.5347.

apresentado, tem por enfoque a atuação do agente Dante de Laytano, propondo investigar de que forma o folclore foi utilizado como estratégia de concepção de uma identidade nacional e regional a partir da perspectiva de Laytano, questionando como o diretor fez com que o Museu Julio de Castilhos representasse os interesses da Comissão Estadual do Folclore (CEF), validando as ações do Movimento Folclórico Brasileiro (MFB) e promovendo o discurso tradicionalista vinculado aos agentes do 35 CTG. Assim uma das questões norteadoras é: Como Dante de Laytano aproximou os campos do folclore e dos museus?

Desta forma, o trabalho valeu-se de estudos já produzidos sobre o Movimento Folclórico Brasileiro (BARCELLOS, 1997; NEDEL, 1999, 2011; OLIVEIRA, 2012; VILHENA, 1995), com o intuito de destacar uma possível intersecção com o campo museal. Estas produções ajudam a identificar o recorte temporal sobre o qual este estudo se propôs a discutir. O período de atuação dos folcloristas se desdobra sobre a maior parte do século XX, mas observamos ações enfáticas do Movimento Folclórico Brasileiro principalmente entre as décadas de 1940 e 1960 - período que contempla a atuação de Dante de Laytano tanto como diretor do Museu Julio de Castilhos quanto Secretário Geral da Comissão Estadual do Folclore.

As fontes bibliográficas auxiliaram a contextualização das fontes documentais que subsidiaram a investigação. O Museu Julio de Castilhos se apresenta como espaço central na pesquisa quando o enfoque se localiza sobre o Rio Grande do Sul. Isto se dá pelas correspondências emitidas e recebidas por Dante de Laytano, no período em que ocupou os cargos de secretário geral da Comissão Estadual do Folclore e diretor do Museu Julio de Castilhos. Essa análise compreende 23 livros que abrangem a documentação produzida pelo diretor na década de 1950, totalizando 7.597 folhas estudadas. Soma-se, ainda, a visita em outros espaços que possuem fontes primárias relacionadas ao tema, como o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (MUSECOM), onde foi identificado material de divulgação da Comissão Estadual do Folclore; consultas na Biblioteca Nacional (BN), onde foram mapeadas reportagens referentes às comissões nacionais e estaduais do folclore, a exemplo do jornal “Correio da Manhã”; além da Hemeroteca de Gustavo Barroso, vinculada ao Museu Histórico Nacional (MHN), que concentra uma seleção de materiais sobre o tema pela curadoria de outro agente do campo dos museus diretamente envolvido com os debates nacionais sobre folclore, o diretor e folclorista Gustavo Barroso<sup>4</sup>.

---

4 Gustavo Barroso foi um advogado, professor, museólogo, político, contista, folclorista, cronista, ensaísta e romancista cearense que é considerado mestre do folclore brasileiro. Foi o primeiro diretor do Museu Histórico Nacional, atuando no cargo de 1922 a 1930 e 1932 a 1959.

Com o interesse em refletir sobre os meandros da construção da identidade gaúcha convidamos a descobrir, pela perspectiva de Dante de Laytano, como os museus contribuíram para o Movimento Folclórico Brasileiro enquanto instâncias de legitimação e institucionalização de movimentos regionais que visavam construir uma identidade nacional.

## 1 O MOVIMENTO FOLCLÓRICO BRASILEIRO

No Brasil, em meados do século XX, com o governo do presidente Getúlio Vargas<sup>5</sup> promovendo seu projeto destinado à busca por uma unidade nacional identificou-se no folclore, e no crescente Movimento Folclórico Brasileiro, a ferramenta ideal para a criação de uma identidade nacional. As pesquisas sobre o povo promovidas pelos intelectuais da primeira metade do século XX passaram a ser estimuladas e facilitadas pelo governo para execução deste plano:

Durante o Estado Novo instalou-se uma política autoritária e centralizadora que procurou trabalhar por diversos mecanismos ideológicos, a construção do nacional, do homem brasileiro, do povo. Nesse momento foi criado pelo decreto lei 1915, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda - 1939), com a função de elucidar a opinião nacional, sobre as diretrizes doutrinárias do regime em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira, resultando numa propaganda ideológica tendente a ocultar as contradições da estrutura social, efetivando o conformismo, com o objetivo de promover um consenso entre os valores e padrões culturais. A criação desse órgão foi um importante meio de legitimação da proposta de unidade nacional, construído através de uma política centralizadora que propagava a imagem de harmonia social. (FERREIRA, 2006, p.9).

Com esse incentivo o Movimento Folclórico Brasileiro ganhou protagonismo no campo político, social e cultural brasileiro, promovendo ações e políticas nas mais diversas esferas de atuação. Neste contexto, em 1947 surgiu a Comissão Nacional do Folclore (CNFL), atuando sob a alçada do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBCEC), órgão criado com o intuito de gerenciar os projetos da Organização das Nações Unidas

---

5 Getúlio Vargas foi o presidente do Brasil por quase duas décadas (1930 a 1945 e de 1951 a 1954). Para mais informações sobre Vargas e seu projeto para o âmbito da cultura, consultar do artigo “Cultura e identidade nacional nos anos Vargas: tensões e contradições de uma cultura oficial” (2016), de Gabriel Frias Araújo e Agnaldo de Souza Barbosa, disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revce/article/view/e5009>>. Acesso em: junho de 2023.

para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil. A criação da Comissão Nacional do Folclore estabeleceu o movimento folclórico de vez no País (ABRANTES, 2008), organizando pesquisas, eventos e projetos com a intenção de estimular o estudo do folclore e criar a tão sonhada identidade nacional. Com a ampliação da visão dos folcloristas sobre o conceito de folclore, identificado como uma ciência, passou a ser objetivo da Comissão Nacional do Folclore tornar o folclore um objeto de estudo nas escolas, embarcando em um período de redefinição dos currículos escolares na década de 1940 (ABRANTES, 2008).

Ao final de 1947, o Secretário Geral da Comissão Nacional do Folclore, Renato Almeida<sup>6</sup>, com a intenção de disseminar os projetos da Comissão Nacional do Folclore em todo país, organizou comissões estaduais lideradas por folcloristas de sua confiança. Desta forma, no Rio Grande do Sul foi criada a Comissão Gaúcha do Folclore, sediada no Museu Júlio de Castilhos e comandada pelo diretor da instituição, o folclorista Dante de Laytano.

Um dos principais méritos do Movimento Folclórico Brasileiro foi a grande rede de comunicação criada entre os folcloristas do período. Esta rede era projetada na execução de grandes eventos nacionais e periódicos que eram produzidos com o auxílio das comissões estaduais. Assim foram organizados os Congressos Brasileiros de Folclore. Em agosto de 1951 aconteceu sua primeira edição, no Rio de Janeiro. Contando com a participação do presidente Getúlio Vargas, foi neste evento que foi redigida a Carta do Folclore Brasileiro. Apresentando um Plano Nacional de Pesquisa Folclórica, a carta projetava a criação de um órgão estatal que buscasse a defesa do folclore, ação essa que só veio a ocorrer em 1958 com a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) (ABRANTES, 2008).

A carta apresentava, além de projetos sobre incentivo à pesquisa folclórica, a proposta de mapeamento do folclore brasileiro. Para isso, era necessário estabelecer sob a visão dos folcloristas, a sua interpretação do conceito, assim redigida na carta:

1 O I Congresso Brasileiro de Folclore reconhece o estudo do folclore como integrante das ciências antropológicas e culturais, condena o preconceito de só considerar folclórico o fato espiritual e aconselha o estudo da vida popular em

---

6 Renato Almeida, advogado, jornalista e musicólogo, foi o folclorista que por mais de duas décadas ocupou a posição de Secretário-Geral da Comissão Nacional do Folclore, cumprindo um papel central nas articulações do Movimento Folclórico Brasileiro. Para mais informações referentes a sua atuação, recomendamos a dissertação de Luís Rodolfo Vilhena (1995) intitulada “Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro”. Disponível em: <[www.repositoriolabim.cchla.ufrn.br/handle/123456789/576](http://www.repositoriolabim.cchla.ufrn.br/handle/123456789/576)>. Acesso em: junho de 2023.

toda sua plenitude, quer no aspecto material, quer no aspecto espiritual. **2** Constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservado pela tradição popular e pela imitação e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica. **3** São também reconhecidas como idôneas as observações levadas a efeito sobre a realidade folclórica, sem o fundamento tradicional, bastando que sejam respeitadas as características de fato de aceitação coletiva, anônimo ou não, e essencialmente popular. **4** Em face da natureza cultural das pesquisas folclóricas, exigindo-se que os fatos culturais sejam analisados mediante métodos próprios, aconselha-se, de preferência, o emprego dos métodos históricos e culturalistas no exame e análise do folclore. (CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO, 1951, p.1)

As definições propostas na carta constroem certos aspectos da atuação dos folcloristas, com olhares voltados para utilização da tradição como característica da cultura popular de cada região e com uma perspectiva sobre o fato folclórico como um objeto de pesquisa que refletiria a identidade nacional estabelecida pelo Movimento. Segundo Castro (2003, p.209):

A “Carta do Folclore Brasileiro” buscou legitimar os estudos sobre o Folclore, dando-lhe um embasamento científico e centrando-se nos chamados “Valores tradicionais”, cuja retomada e sobretudo conservação são vistos como pontos-chave. Nitidamente, a preocupação central nesta época ficava por conta do receio do folclore desaparecer, fruto da aceleração da industrialização, bem como dos modernos meios de comunicação que marcaram o pós-Segunda Guerra Mundial. O desaparecimento do folclore poderia marcar “a perda da identidade do povo brasileiro”. (CASTRO, 2003, p. 209).

Os folcloristas atuaram aproveitando de suas posições como agentes políticos, já que suas atuações alcançavam os mais diversos campos por assumirem muitos papéis concomitantemente, como de jornalistas, historiadores, acadêmicos e agentes culturais, por exemplo. Sobre este aspecto, podemos observar que em diversos momentos vários agentes de museus participaram ativamente das articulações referentes aos movimentos do campo folclórico.

A definição do conceito campo (BOURDIEU, 1989) como um espa-

ção de lutas entre os agentes que ocupam as suas determinadas posições, compreende também o interesse dos agentes em valorizar as ações destes, mantendo, portanto, uma “cumplicidade objetiva” para além das lutas que os opõem (LAHIRE, 2017). Esta dinâmica é observada no folclorismo, a partir dos embates entre as organizações estruturais no Movimento Folclorista Brasileiro, que apesar das diferenças, agiam de forma dinâmica e colaborativa para a execução de determinados projetos.

## 2 ENTRE O FOLCLORE E O MUSEU

As dinâmicas entre agentes dos museus e do folclore foram articuladas no decorrer de todo século XX. Agentes de museus como Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional, e Heloísa Alberto Torres<sup>7</sup>, diretora do Museu Nacional, estiveram de alguma forma atuando próximos ao Movimento Folclórico Brasileiro. Segundo Oliveira (2012), a aproximação com o campo dos museus sempre fez parte da idealização dos projetos do Movimento Folclorista Brasileiro:

Essa dimensão política dos museus pode ser percebida em todas as ações dos folcloristas, antes e depois do que se convencionou chamar de Movimento Folclórico Brasileiro, sobretudo nas referências ao projeto de criação de museus folclóricos país afora. A Carta do Folclore Brasileiro (1952) já previa ações e instrumentos para a criação de museus. E criá-los preferencialmente onde houvesse Comissão Estadual de Folclore atuante, que se entenderia com os poderes públicos constituídos “no sentido de obter deles a cessão, para a formação dos museus estaduais, de objetos de uso e criação popular porventura existentes em repartições não especializadas, como as chefaturas e delegacias de polícia” (carta, 1951), numa forma de firmar posição, fortalecer a ação política dos estudiosos do folclore e contribuir para a manutenção dos caracteres culturais locais. (OLIVEIRA, 2012, p.187)

---

7 Heloísa Alberto Torres assumiu o cargo no Museu Nacional pouco depois do início da ditadura de Getúlio Vargas, e permaneceu até 1955, deixando-o, imediatamente, após o final do segundo período de governo de Vargas. Primeira pesquisadora antropóloga do Museu Nacional e diretora mulher, teve uma atuação importante no campo intelectual de sua época. Para mais informações, consultar o artigo de 2011 de Heloísa Maria Bertol Domingues intitulado: “Heloísa Alberto Torres e o inquérito nacional sobre ciências naturais e antropológicas, 1946”. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1981-81222010000300005>>. Acesso em: junho de 2023.

Sobre este aspecto, Dante de Laytano pode ser apontado como um agente que foi, não apenas um pesquisador interessado, mas um dos principais motivadores da institucionalização do folclore como disciplina no Estado. Nascido em Porto Alegre em 1908, estudou na Faculdade de Direito de Porto Alegre (atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS) onde foi aluno de Darcy Azambuja<sup>8</sup>, relevante intelectual regionalista no século XX, que teve grande participação na criação da Comissão Estadual do Folclore do Rio Grande do Sul. Laytano seguiu os passos de seu professor e amigo dependendo muitas vezes do seu respaldo para execução de projetos relacionados à Comissão. Segundo Barcellos (1997), Azambuja certamente emprestou seu peso cultural e político à criação da Comissão Gaúcha de Folclore (BARCELLOS, 1997).

Em carta de 4 de outubro de 1952, primeiro ano em que ocupou o cargo de diretor no Museu Julio de Castilhos, Laytano enfatizou a importância da colaboração de Azambuja no processo de tomada de decisão na Comissão:

Desejo encarecer que a presença do caro colega é absolutamente indispensável, que sem a sua esclarecida colaboração nada se poderá fazer e, finalmente, esta secretaria que tem o papel de coordenação deixará ou abandonará a comissão se não contar com a sua importante ajuda. Este convite, então, formulado em termos de apelo. (Laytano, 1953 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1952, v.1, fl. 133).

O fato desta correspondência ser emitida através do Museu Julio de Castilhos já indica quão interligada é a relação entre o espaço museal e a Comissão Estadual do Folclore do Rio Grande do Sul. A Comissão foi sediada no Museu Julio de Castilhos, em um período em que um folclorista era o diretor da instituição. Ainda vale destacar que Laytano além de atuar no Museu Julio de Castilhos e na Comissão Estadual do Folclore do Rio Grande do Sul, esteve à frente da Comissão Estadual do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, o que nos mostra a influência deste agente em seus campos. A partir disso, a gestão de Laytano no Museu Julio de Castilhos almejava estabelecer essa construção de identidade regional a partir da

---

8 Darcy Azambuja (1903) foi professor e um renomado escritor regionalista. Frequentou os congressos da Comissão Nacional do Folclore em Porto Alegre e Rio de Janeiro, fazendo parte desta grande teia de contatos sobre qual atuava o Movimento Folclórico Brasileiro. Para mais informações sobre Azambuja, recomendamos o trecho entre as páginas 482-484 da tese de Letícia Borges Nedel (2005) intitulada “Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)”. Disponível em <repositorio.unb.br/handle/10482/15294>. Acesso em: junho de 2023.

história, do estudo do folclore, e de sua divulgação junto ao público escolar. De acordo com Nedel (1999, p.192):

Mas, restringindo-nos à atuação de Laytano, veremos que o museu foi a trincheira de onde partiram suas investidas pela aliança entre história (pela pesquisa no arquivo), memória (pelo culto à tradição no museu) e folclore (pela aliança entre Museu, tradicionalistas e Comissão Gaúcha de Folclore) [...].

Se o Museu Julio de Castilhos era a trincheira onde ocorria esta batalha pela memória oficial do Estado, devemos questionar como Laytano trafegou entre estes campos, agindo em nome do Museu Julio de Castilhos e da Comissão Estadual do Folclore do Rio Grande do Sul.

Vale destacar que muitas vezes chamada de Comissão Estadual do Folclore Rio Grande do Sul ou Comissão Gaúcha do Folclore, a Comissão Rio-Grandense de Folclore foi criada em 23 de abril de 1948 por Dante de Laytano, atendendo ao pedido de seu amigo Renato Almeida, Secretário Geral da Comissão Nacional de Folclore.

Sua proximidade com Renato Almeida permitiu a execução em Porto Alegre de alguns dos eventos que marcaram os processos da atuação da Comissão Nacional de Folclore, tais como a Semana Nacional do Folclore, que aconteceu em 1950, e o Congresso Brasileiro de Folclore, realizado em 1959. Junto à Comissão de São Paulo, a Comissão Estadual do Folclore era considerada uma das mais organizadas e articuladas com a Comissão Nacional de Folclore.

No mesmo ano da criação da comissão estadual, surgiu o 35 CTG em Porto Alegre. Resultado das articulações promovidas nos anos anteriores no Colégio Estadual Júlio de Castilhos e sendo a sede do Movimento Tradicionalista no Estado, tem papel fundamental na atuação da Comissão Estadual de Folclore (BARCELLOS, 1997).

A Comissão Estadual do Folclore atuou respondendo às exigências do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e da Comissão Nacional de Folclore no Rio Grande do Sul. Em diversos momentos, o Secretário-Geral Dante de Laytano prestou informações a Renato Almeida sobre as reuniões promovidas pela Comissão Estadual de Folclore. Em carta de 15 de julho de 1953, Laytano envia a Almeida:

Meu caro Renato. Aí vai um recorte anunciando nossa reunião, que se realizou com grande sucesso, aliás, pois dos 14 componentes da Comissão Estadual apareceram 10 e falta-

ram, apenas, Moysés Vellinho<sup>9</sup>, que está viajando [...] e J.C. Paixão Côrtes<sup>10</sup> e Ênio de Freitas e Castro<sup>11</sup>, ambos em bancas de exame. Mário Azambuja<sup>12</sup> e Manoelito de Ornelas<sup>13</sup> não aparecem mais, também não os convidarei daqui por diante. A sessão foi boa, conversamos sobre vários assuntos e serviu de pretexto para troca de *idéias*, etc. A Comissão anda de vento em popa. Vamos publicar o livro do Lessa<sup>14</sup>

9 Moysés Vellinho exerceu seu trabalho em torno da literatura e da cultura, abordando o campo da história por meio das obras *Capitania d'El Rey* (1964) e *Fronteira* (1973). Atuando sobre uma perspectiva regionalista, foi jornalista e político. Foi vice-presidente do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul e integrou a Comissão Gaúcha do Folclore. Para conhecer mais a vida e obra de Moysés Vellinho, recomendo a obra de Viviane Viebrantz Herchmann (2013) intitulada "Moysés Vellinho (1901-1980): o intelectual da província". Disponível em: <tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2132>. Acesso em: junho de 2023.

10 Parceiro de Barbosa Lessa, J.C. Paixão Côrtes se tornou um dos pilares do gauchismo cívico e do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Atuando no campo do folclore principalmente a partir da difusão da dança e da militância do tradicionalismo. Um dos fundadores do 35 CTG em 1948, estudou no Colégio Júlio de Castilhos e participou da primeira Ronda Crioula. Sua imagem está marcada no ideal da identidade gaúcha pelo simbolismo do Monumento do Laçador. A peça de bronze de Antônio Caringi foi produzida por Côrtes posando para o escultor. Em 1992, foi definida por lei como Símbolo Oficial de Porto Alegre. Sobre Paixão Côrtes, consultar o artigo da *Gaúcha Zero Hora* (08/2018), "O legado de Paixão Côrtes", por Zalla e Fischer. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/gente/noticia/2018/08/o-legado-de-paixao-cortes-folclorista-criou-um-tradicionalismo-menos-conservador-cjlh3ss10o5nco1nokkwwz0lw.html>. Acesso em: junho de 2023.

11 Ênio de Freitas e Castro foi professor, musicólogo, pianista, maestro e folclorista de Montenegro. Criador do Instituto de Tradições e Folclore, possui diversas obras sobre a imagem do seu Estado, como as obras "Fundamentos da Cultura Rio-Grandense" de 1960 e "Rio Grande do Sul - Imagem da Terra Gaúcha" de 1948.

12 Mário Azambuja foi folclorista gaúcho integrante da Comissão Estadual de Folclore no início da década de 1950. Não foram localizadas mais informações sobre o agente.

13 Manoelito de Ornelas foi jornalista, professor e escritor de grande relevância no Rio Grande do Sul, sendo autor de várias obras sobre a identidade regional em meados do século XX. Sua obra de maior destaque é "Gaúchos e Beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul". Para complementar este trabalho, recomendamos o artigo de Neandro Thesing (2014) intitulado "Gaúchos e Beduínos, de Manoelito de Ornelas, e as Disputas em torno do passado Sul-Rio-Grandense" que explora o papel desta obra na atuação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), organização presente nas disputas travadas no campo do folclore no Estado. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadahistoriador/issue/view/881>. Acesso em: junho de 2023.

14 Luiz Carlos Barbosa Lessa foi folclorista, militante tradicionalista e escritor sul-riograndense de grande relevância na região. Empreendeu uma série de pesquisas folclóricas que visavam a reconstituir as danças populares do interior do estado, sob a tutela da Comissão Estadual de Folclore. Segundo a historiadora Leticia Nedel, é considerado o mentor e o maior intelectual do tradicionalismo gaúcho. Para compreender mais sobre Lessa, consultar a dissertação de Jocelito Zalla (2010), intitulada "O centauro e a pena: Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002) e a invenção das tradições gaúchas." Disponível em: <lume.ufrgs.br/handle/10183/24048>. Acesso em: junho de 2023.

e Paixão e por falar em Lessa, ele vai de muda para o Rio de Janeiro. Recomendações da Ilha e minhas à Urânia, Uranita e a Você, “mãe” do Folclore brasileiro. Abraços (Laytano, 1953 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1953, v. 2, fl. 145)

A carta apresenta um interessante conjunto de informações que nos ajudam a compreender melhor certas dinâmicas da Comissão Estadual de Folclore, principalmente ao identificar grandes nomes vinculados ao futuro Movimento Tradicionalista Gaúcho, fundado em 1966. Esta informação conduz a pesquisa aos confrontos que aconteceram neste campo durante a década de 1950. Segundo Nedel (2011), os estudos do folclore no Estado possuíam diferentes vieses, determinados desta forma pelos folcloristas polígrafos e os folcloristas tradicionalistas:

No âmbito estadual, o movimento teve dois grupos concorrentes de interessados. De um lado, os mandatários oficiais da Comissão Nacional, reunidos em torno da Comissão Estadual de Folclore (CEF), criada em Porto Alegre em abril de 1948. De outro, um grupo iniciante, formado por jovens que ao longo das duas décadas seguintes acabariam se constituindo numa elite de ideólogos do chamado Movimento Tradicionalista. (NEDEL, 2011, p.195)

Este embate representava as intenções de cada grupo, com o objetivo de se posicionar como o órgão legítimo responsável pela memória oficial do Estado (NEDEL, 2005a). A percepção do estudo do folclore como “ciência”, que era almejado pelos agentes do movimento folclórico, buscava competir com a História pela intenção de definir os critérios legítimos do regionalismo, além de tentar conquistar uma competência “científica” para os próprios estudiosos do campo folclórico. Este processo conduzia uma nova roupagem dos estudos do folclore, estabelecendo com características mais “plurais”, o que promovia uma mudança na própria imagem de “intelectuais” (FATTORI, 2016).

Nesta perspectiva é que passamos a perceber os enfrentamentos entre os grupos, que Nedel (2005b) classifica como “folcloristas polígrafos” e os “folcloristas tradicionalistas”. Este debate parte de uma discussão que pode ser explicitada a partir da diferença entre folclore e tradição. O enfrentamento entre os agentes do campo folclórico se divide a partir dos métodos e ideais que cada grupo utiliza para promover suas ações, mesmo quando se conectam em determinadas perspectivas. Para ilustrar folclore e tradição,

apresentamos o texto de Walter Spalding<sup>15</sup>, notório regionalista com grande influência sobre a identidade regional do Rio Grande do Sul. Na correspondência trocada com Laytano em 1955, Spalding descreve:

Osvaldo R. Cabral<sup>16</sup>, grande mestre em folclore, assim o definiu em sua magistral obra “Cultura e Folclore’s”. “Folclore é um ramo da antropologia que estuda todas as manifestações e aplicações coletivas da cultura vulgar, mantidas geralmente pela Tradição, paralelamente às oriundas do saber erudito, entre grupos de cultura superior, quaisquer que sejam as modalidades sob as quais se apresentam”. Por sua vez Louis Maim definiu a Tradição como a “forma mais complexa e mais alta” de “maneira”, “uso” e “costume”, e Ismael Moya disse que “é um conjunto de dons” - a Tradição - que a idade entrega à outra, indefinidamente. [...] Por isso, Folclore e Tradição não devem ser confundidos, embora se toquem, às vezes, e se confundam não raro, como o caso do linguajar do povo. [...] O Folclore se estuda, e o Tradicionalismo se cultua. [...] TRADIÇÃO é um sentimento nobre de culto ao passado - ao bom passado -, para engrandecer o presente porque o passado é exemplo e, como tal, alicerce da civilização. Por isso já diziam os antigos que “povo sem tradição não merece viver”. FOLCLORE, por sua vez, é ciência, ramo da antropologia, do estudo do ser humano através da [...] Tradição”. Guardemos, pois, nossas belas e nobres Tradições e, através delas, estudemos a alma do homem pelo folclore para que possamos, com eficiência, defender de assaltos futuros e tradições estranhas, dispersivas ou dissolventes, nosso povo e nossa terra. (SPALDING, 1955 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1955, v.1, fls. 77-78).

15 O percurso de Walter Spalding, de certa forma, se assemelha ao de Dante de Laytano, quem inicia na crítica literária, migrando para história e depois para o folclore. Atuando no Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul, Spalding esteve à frente de grandes discussões no cenário regional, principalmente acerca de folclore e tradicionalismo. Para mais informações, consultar o trabalho de Ígor Lopes Fattori (2016) intitulado: “Intelectual e Cola-Fina”: a participação de Walter Spalding na formação do Tradicionalismo (1952-1958). Disponível em: <lume.ufrgs.br/handle/10183/157010>. Acesso em: junho de 2023.

16 Osvaldo R. Cabral foi professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos Institutos Históricos e Geográficos da Bahia, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, contribuiu para estudos sobre folclore, história da medicina e historiografia catarinense, além do campo dos museus, com criação do Museu Antropológico, atual Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC (MARQUE). Para saber mais, consulte o livro “Oswaldo Rodrigues Cabral: memória e atualidade”, organizado em 2020 por Sônia Maluf e Ana Lídia Campos Brizola. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/217635>. Acesso em: junho de 2023.

No texto apresentado, Spalding faz questão de isolar os dois conceitos apesar das similaridades entre os termos. Podemos levar isto em consideração inclusive ao observar como se deu o processo de embate entre estes agentes do mesmo campo com visões diferentes sobre a perspectiva historiográfica no Estado. Em um primeiro momento observam-se os vínculos e colaborações entre os dois grupos, como por exemplo a integração de tradicionalistas na Comissão Estadual de Folclore. Nestas circunstâncias, os agentes do Movimento Tradicionalista Gaúcho muitas vezes contaram com o apoio da Comissão Estadual do Folclore para execução de projetos do grupo, como é ilustrado em correspondência de junho de 1954 emitida por Dante de Laytano através do Museu Julio de Castilhos:

Porto Alegre, 21 de Junho de 54. A Comissão Estadual do Folclore aprovou, por unanimidade de votos, uma moção de aplausos, simpatia e solidariedade ao I Congresso Tradicionalista do Rio Grande do Sul, manifestação intelectual que honra o passado e a cultura do gaúcho. O papel importante que desempenará o Congresso inclui a renascença ao amor pelas coisas do pago, a orça [sic] que principalmente vem desempenhar a mocidade de terra e a colaboração que a Comissão Estadual de Folclore empresta através de quatro de seus destacados, brilhantes e distintos elementos que são Manoelito de Ornelas, Walter Spalding, J. C. Paixão Côrtes e Luís Carlos Lessa. [...] (Laytano, 1954 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1954, v. 1, fl.33)

A correspondência acima informa a aprovação da Comissão Estadual do Folclore do I Congresso Tradicionalista do Rio Grande do Sul, indicando a colaboração entre os grupos. Ao mesmo tempo, vão se apresentando atritos entre estes agentes, aumentando a tensão no campo político e social onde estavam ambientados. Em outra carta, de 1954, Laytano demonstra descontentamento com Paixão Côrtes:

Meu caro Renato. [...] PAIXÃO - Vou dizer o seguinte; a respeito do nosso Serge Lifar dos pampas: ficou de fazer uma exposição de quadro gaúchos e coisas do Rio Grande no Instituto Norte-Americano e não apareceu, as originais do seu Manual de Danças que vamos editar não consegue sair das mãos dele para a oficina, ia dar um espetáculo de danças no encerramento da semana do Rio Grande na Faculdade de Filosofia e não apareceu, etc.. Mas a São Paulo ele quer ir, está interessadíssimo e não se trata de Feira mas da Exposição de Folclore, nosso Congresso, etc. Tenho dois cães de guarda

em cima dele [sic]. A correspondência para o Paixão deve vir para o Museu do Estado, em meu nome. [...] (Laytano, 1954 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1954, v. 2, fl. 347)

Este atrito entre os dois grupos cresceu com o passar do tempo, estabelecendo o conflito no Museu Julio de Castilhos. Os folcloristas polígrafos que pensavam a cultura-popular como um instrumento para valorização da “arte” e da “ciência”, viram a proliferação dos CTG’s e a disseminação do gauchismo ganhar força na mídia, perdendo espaço para o tradicionalismo (NEDEL, 2005b).

A disputa pelo discurso legítimo acerca da cultura e das políticas de preservação do patrimônio local se tornou desafiadora para os folcloristas polígrafos, conforme o Movimento Tradicionalista foi ganhando cada vez mais popularidade. Este processo de enfrentamento evidenciou o atrito entre as ideias dos folcloristas vinculadas a Comissão Nacional de Folclore com valorização das ciências sociais e do método científico, e os defensores dos simbolismos e caricaturas estabelecidos pelos folcloristas tradicionalistas:

[...] a consolidação da formação intelectual dos ideólogos [...], insinua dentro do próprio movimento as tensões entre “especialistas” e “amadores”, entre o tradicionalismo “autêntico” e “comercial” ou “festivo”. Simultaneamente, no campo da intervenção cívica, já não é mais o gaúcho antigo o objeto último da celebração, mas os gaúchos atuais, representados pelo panteão de fundadores da festa tradicionalista, já incorporada ao repertório cultural “popular” do Rio Grande do Sul como uma espécie incontestada de “fato folclórico nascente”. O “espetáculo da história” cede lugar então a uma “história do espetáculo”. (NEDEL, 2005b, p 322)

E como esses debates chegam ao Museu Julio de Castilhos? É importante contextualizar a vinculação de Dante de Laytano à instituição. Convidado por Alcides Maya<sup>17</sup> em 1934, Dante de Laytano passou a trabalhar no Museu Julio de Castilhos como 1º oficial da instituição (NEDEL, 1999). Foi apenas no ano de 1950 que Laytano atuou na diretoria do Museu. Nos

17 Alcides Maya foi um jornalista, político, contista, romancista e ensaísta que atuou como diretor do Museu Julio de Castilhos de 1925 a 1939. Para mais informações sobre Alcides Maya, recomendamos a tese de Ana Celina Figueira da Silva (2018) intitulada “Investigações e evocações do passado: o Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre-RS, 1925-1939)”. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180928>>. Acesso em: junho de 2023.

primeiros dois anos esteve no cargo substituindo o até então diretor da instituição, Emílio Kemp<sup>18</sup>:

O Governador do Estado do Rio Grande do Sul nomeia o subdiretor padrão XIII Dante de Laytano para exercer, em substituição a partir de 12 de setembro do corrente ano o Cargo de Diretor padrão XIV do Museu Julio de Castilhos, enquanto durar o impedimento do respectivo titular Dr. Emílio Kemp. PALACIO DO GOVERNO EM PORTO ALEGRE 1950. WALTER JOBIM / GOVERNADOR DO ESTADO. (SOUZA, 2014, p. 81)

Ao visualizar as ações de Laytano no Museu Julio de Castilhos podemos perceber as mudanças na proposta da instituição como espaço cultural, voltando-se a priorizar pesquisas, - em sua gestão majoritariamente no campo do folclore -, produzidas de acordo suas demandas e interesses:

Com a saída de Emílio Kemp, em 1950, em decorrência de sua aposentadoria, assumiu o cargo de diretor o subdiretor Dante de Laytano, que daria um novo direcionamento para o Museu Julio de Castilhos, concluindo o processo de “guinada para a História” iniciada na gestão de Alcides Maya. É interessante observar que Dante de Laytano seguiu um caminho que diferia totalmente da postura de Emílio Kemp acerca das práticas educativas, este voltou-se para a pesquisa histórica, em especial sobre o Folclore [...]. (QUADRADO, 2022, p. 146)

Outra ação de grande impacto no Museu Julio de Castilhos que pode ser utilizada para ilustrar a atuação de Laytano no cargo é o desmembramento do acervo da instituição. Em 1954, por meio de regulamento, o acervo foi dividido para criação de outras duas instituições museológicas, o Museu de Ciências Naturais do Rio Grande do Sul (MCN) - atual Fundação Zoobotânica -, e o Museu de Artes do Rio Grande do Sul (MARGS) (SILVA, 2018). A partir do desmembramento das coleções é possível observar que a função do Museu Julio de Castilhos passou a ser a pesquisa e a divulgação da história e do folclore, especialmente do Rio Grande do Sul, conforme declarado no seu novo regulamento, onde os objetivos do Museu são:

---

18 Emílio Kemp Larbeck Filho era médico, poeta e jornalista; atuou de 1939 a 1950 no cargo de diretor do Museu Julio de Castilhos. Para mais informações, recomendamos a dissertação de mestrado de Iandora de Melo Quadrado intitulada “Um professor no museu: Emílio Kemp e as práticas educativas no Museu Julio de Castilhos (1939-1950)”. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/237989>>. Acesso em: junho de 2023.

[...] adquirir, recolher, estudar, classificar, catalogar, coleccionar e expor documentos e objetos históricos, etnológicos, geográficos, **folclóricos** ou curiosidades em geral, bem assim produtos de ciência e indústria modernas, especialmente do Rio Grande do Sul; contribuir para estimular, por meio de pesquisas, estudos, cursos, conferências, comemorações, concursos e publicações, o interesse pelo conhecimento da história Pátria e o amor a nossas **tradições**; manter, para uso da repartição e para consulta, uma biblioteca especializada de História, Geografia, Etnologia e **Folclore**, especialmente do Rio Grande do Sul (Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura. Departamento de Ciência e Cultura. Regulamento do Museu Julio de Castilhos, Artigo 2, p. I, 1954 apud BRITTO et al, 2011, p.12. Grifos nossos)

Segundo Nedel (1999), a palavra definidora da atuação de Dante de Laytano deve ser “intermediação”. Isto se dá em decorrência das posições que Laytano alcançou em sua trajetória profissional, estabelecendo relações com diversas áreas, e articulando conexões entre campos intelectuais que se aproximaram sobre a perspectiva de ampliar sua influência na região.

Os debates sobre folclore se estabeleceram no Museu Julio de Castilhos sobre a atuação de Laytano junto a Comissão Estadual de Folclore, ainda sobre o contexto da redefinição tipológica da instituição museal como um museu histórico. Ao contextualizar a ideia proposta sobre o folclore que Laytano compreendia, Nedel (1999) explica que a união de história e folclore embasaram a construção da identidade regional almejada por estes movimentos:

O processo de conformação das “origens”, como já vimos, acompanhava e se fazia acompanhar da ressemantização do gaúcho, contexto em que a junção entre história e folclore impunha-se de modo a imprimir movimento ao caráter regional, conferindo à figura típica da região a faculdade necessária para sua atualização permanente em face das transformações na representação da cultura nacional. (NEDEL, 1999, p.183)

Nesta perspectiva, Laytano definiu o Museu Julio de Castilhos como uma instituição destinada exclusivamente ao “culto das tradições do Rio Grande” (NEDEL, 1999, p.199). Este contexto se encontra devido ao viés historiador e arquivístico que percorria a carreira de Laytano, aproximando-o

do Museu e do Arquivo Histórico antes mesmo da década de 1950<sup>19</sup>, permitindo-nos interpretar o porquê destas ações parecerem tão fora de sintonia com a gestão do antigo diretor da instituição. Em correspondência de junho de 1953, Laytano conversa com Renato Almeida e descreve seu trabalho no Museu da seguinte maneira:

O nosso Zelinsky mandou-me, por intermédio do Chefe de polícia do Rio Grande do Sul, que foi ao Rio, belo exemplar duma Constituição de 1937, encadernado ricamente, num estojo muito fino, e o volume autografado pelo Dr. Getúlio e todos os ministros de estado. Porque me enviou esta constituição do Estado Novo, por intermédio da polícia, não entendi bem. Seria piada? Veio para mim porque, **nas horas vagas dirijo o Museu do Estado, embora não seja objeto de museu... apenas tomo conta dos objetos.** (Laytano, 1953 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1953, v. 2, fl. 154. Grifo nosso)

A frase “[...] nas horas vagas dirijo o Museu do Estado, embora não seja objeto de museu... apenas tomo conta dos objetos. [...]” nos dá grandes indícios se Laytano era um folclorista no campo dos museus ou um profissional de museus no campo do folclore. Considerando o Museu Julio de Castilhos com a “trincheira” onde se estabeleceram os debates entre história, memória e folclore (NEDEL, 1999), nesta disputa para a instituição se estabelecer como a memória oficial do Estado, vemos várias investidas articuladas por Laytano para que o Museu Julio de Castilhos ganhasse visibilidade em âmbito nacional. Exemplos são o estande do Rio Grande do Sul na

---

19 Destaca-se que é possível localizar evidências da atuação de Laytano no campo dos museus e do patrimônio na documentação do Museu Julio de Castilhos da década de 1940, como o exemplo aqui citado: “Um dos assuntos presente nos trabalhos do Arquivo Histórico no período pós-centenário, é o bicentenário da colonização de Porto Alegre comemorado em 1940. Nesse sentido, **Dante de Laytano, à frente do Departamento de História Nacional do MJC**, escreveu ao diretor Emilio Kemp, em 28 de junho de 1940, dizendo que: “os trabalhos do Serviço do Arquivo Histórico estão sendo desdobrados diante das contínuas consultas dos estudiosos com sistematização no catalogamento das peças e pela aproximação do segundo centenário da capital gaúcha” (Correspondências expedidas 1940, fl. 166. Arquivo Permanente MJC - AP.1.015). Ao final desse mesmo ano, em Relatório, Laytano informava os conjuntos documentais já catalogados e que em setembro de 1940 haviam sido publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, “ao alcance dos estudiosos”: Catálogo Sumário dos Documentos da Administração da Fazenda; catálogos de Livros Manuscritos e de Jornais e Revistas e Catálogo relativo ao “Comando das Armas” (1841-1890). Indicava também os materiais que estavam sendo preparados: Câmaras Municipais, Autoridades Militares, Comandos das Armas (súmula dos documentos), Obras Públicas, Justiça, Consulados, Arquivo Alfredo Varela, Fotografias. (MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1940, fl.140. Grifos nossos). (ARCE, 2015, p.8)

“Exposição de Tradições” realizada em 1954 na Quinta da Boa Vista pelo Museu Nacional, com contribuições do Museu Julio de Castilhos (COMISSÃO ESTADUAL DO FOLCLORE, 1954) e representação do Rio Grande do Sul na Exposição Internacional do Folclore, ocorrida no mesmo ano:

Caro Osvaldo. Escrevi ao Rossini sôbre [sic] a contribuição do Rio Grande na Exposição Internacional de Folclore. Tudo acertado. Mandarei um artista para montar nossa parte. Vilmur Olmedo é o nome dêle, esperando que o amigo o ampare da melhor forma possível. Vamos reproduzir um **habitat de galpão gaúcho**, como desejam. Espero que o artista chegue a São Paulo entre 7 ou 8 de agôsto, com o material todo, caso não remetemos os objetos antes, mesmo. Sei que deve estar desesperado, entretanto seu ajutório é indispensável. Muito obrigado. (Laytano, 1954 in MUSEU JULIO DE CASTILHOS, 1954, v. 2. fl. 355. Grifo nosso)

Essa atuação articulada percorre toda a gestão, sendo noticiada a atuação do Museu Julio de Castilhos e Comissão Estadual de Folclore de forma conjugada. No Diário de Notícias de Porto Alegre de 15 de janeiro de 1958 segue a manchete: O Museu Julio de Castilhos cumpre com sua finalidade. O artigo apresenta o seguinte texto:

O museu Julio de Castilhos cumpriu com uma de suas mais nobres finalidades apresentando a “Mostra de Arte Regional e Folclórica” que realizou a Associação Sul-Rio Grandense de Cultura e Tradições, fundada em 30 de Março dêste [sic] ano e que já promoveu diversas manifestações no sentido de preservar o bom nome do movimento evocador do passado da terra gaúcha. [...] O Museu Julio de Castilhos é a sede da Comissão Gaúcha de Folclore. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1958, s.n.t.)

Transitando entre os campos do folclore e dos museus, Laytano promoveu ações, eventos e pesquisas que o qualificaram como um intelectual mediador destes campos, o que permitiu estabelecer o Museu Julio de Castilhos como um espaço de memória para difusão do folclore no Estado. O Museu Julio de Castilhos e a Comissão Estadual do Folclore atuavam no dia a dia como uma só organização. Isto pode ser representado com as exposições sobre tradições promovidas pelo Museu, sempre vinculadas à Comissão Estadual do Folclore. Nesta perspectiva, identifica-se Laytano como o principal responsável por este vínculo, sendo o agente que levou o folclore de forma institucional para o Museu. Um folclorista que atuou no campo

dos museus e caracterizou a instituição como um museu histórico responsável pela preservação e promoção do tradicionalismo no Estado. A partir de congressos, encontros nacionais e semanas do folclore, o Museu Julio de Castilhos se tornou, graças ao seu vínculo com a Comissão Estadual do Folclore, representante do folclore gaúcho em âmbito nacional - ao menos na década de 1950. Com Laytano sendo um dos principais nomes do Movimento Folclorista Brasileiro no Estado, o Museu Julio de Castilhos também ocupou este espaço, por suas imagens estarem completamente atreladas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade da atuação de Laytano em sua gestão no Museu Julio de Castilhos transpassa o limite de cada campo pelo qual o agente atuou. Os vínculos entre os processos que ocorreram na década de 1950 no Museu Julio de Castilhos eram constantemente atrelados a diversos grupos com os quais Laytano esteve envolvido durante sua trajetória. Desde as investidas do Movimento Folclórico Brasileiro a partir da Comissão Estadual de Folclore ou dos atritos com os agentes do Movimento Tradicionalista e seus CTG's, até interações e reclamações sobre o campo dos museus referente a organizações como o Conselho Internacional de Museus e o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. Pode-se observar isso a partir do volume da correspondência expedida do Museu Julio de Castilhos referente a gestão de Laytano, onde o até então diretor da instituição interagiu com agentes de diversos campos, explorando uma grande variedade de assuntos, muitas vezes até pessoais, assinando em nome do Museu.

Nessa perspectiva, considera-se que as ações de Laytano entre o museu e o folclore impulsionam a Comissão Estadual de Folclore e o Tradicionalismo, promovendo os Movimentos no Estado. Sobre esta perspectiva, Vilhena (1995) indica que quanto mais longe se estivesse dos grandes centros, mais rico seria o campo para pesquisar, simbolizando como o folclorismo se disseminou no interior do Estado. Em um discurso comemorativo dos dez anos da Comissão Nacional de Folclore, Laytano elogia Renato Almeida por ter ido às “províncias” e se ter lembrado dos “Estados da Federação”:

A Província é mais propícia no zelo das tradições da comunidade e desta forma o chamamento de Renato Almeida encontrou terreno preparado. As sobrevivências dos costumes, a manutenção da linguagem, a circulação das lendas, a repetição dos versos, o desempenho das danças, a fixação da continuidade dos folguedos, são privilégios da província e não se transplanta ou se exporta. (NFL, 1958 apud VILHENA, 1995, p.215)

Eventos como o IV Congresso Brasileiro de Folclore ganharam relevância social e cultural por serem associados a espaços institucionalizados como o Museu Julio de Castilhos. Quando movimentos como este ocorrem em espaços relacionados a ensino e cultura, ganham legitimidade para serem integrados a tão buscada e citada anteriormente neste trabalho, história oficial do estado do Rio Grande do Sul. Em trabalho de 2015, Gomes afirma que o folclore foi institucionalizado em espaços escolarizados na região:

[...] a construção da identidade gaúcha produzida, dentro dos espaços escolarizados direcionados ao ensino do folclore do Rio Grande do Sul, vinculados ao Movimento tradicionalista gaúcho, desenvolveu-se dentro de um processo da constituição de um perfil regional, e da procura por reconhecimento social, que busca preservar uma cultura simbólica de preservação da nossa história. (GOMES, 2015, p. 37)

As ações de Renato Almeida com a Comissão Nacional de Folclore e de Dante de Laytano com a Comissão Estadual do Folclore do Rio Grande do Sul ilustram esse exercício, com o folclorismo passando a ocupar espaços já institucionalizados, como escolas, centros culturais e museus. Observa-se isso em âmbito regional com a Comissão Estadual de Folclore sendo sediada no Museu Julio de Castilhos e comandada por Laytano. A integração do folclore ao Museu fez com que o discurso folclorista fosse legitimado pela imagem da instituição como espaço responsável pela história oficial do Rio Grande do Sul. Imagem que está atrelada ao diretor da instituição, um folclorista que atuou transitando entre os campos do folclore e dos museus, utilizando de sua posição para concretizar os projetos que idealizava, o que acabou por inserir o Museu Julio de Castilhos nos debates sobre o folclore e estabelecer uma identidade cultural regional para o Estado a partir do tradicionalismo.

A instituição, que foi o cenário onde ocorreram os mais diversos embates sobre folclore, pode ser considerada como uma das principais responsáveis pela criação do imaginário da identidade do gaúcho que é reverberada por todo o País. Ao mesmo tempo, identifica-se a importância dos agentes de museus a partir da imagem de Dante de Laytano, estes que muitas vezes atuam sem holofotes, mas possuem uma influência determinante nos processos em que as instituições mais impactam a sociedade. Laytano, ao contrário de muitos colegas de campo, estava longe de se esconder destes holofotes, pois tinha consciência que sua atuação como diretor impactaria tanto o Museu Julio de Castilhos da década de 1950 quanto o Museu Julio de Castilhos dos dias atuais, ao definir, com o uso de seu capital, quais seriam as representações do Rio Grande do Sul - e cabe ressaltar que mui-

tas delas vigoram até hoje. Como profissional de museus Dante de Laytano não mediu esforços para que, uma dessas representações, fosse pelo viés do folclore regional. E como folclorista reforçou a importância dos museus como instrumento de um projeto de nação assegurado pela instrução pública, defendendo os museus como cenários de formação educacional do povo brasileiro alinhado a um discurso cultural didático-cívico que fortalecesse a unidade nacional almejada pelo governo Vargas.

## REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Antônio Carlos Souza de. **Ciência, educação e sociedade: o caso do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBCEC) e da Fundação Brasileira de Ensino de Ciências (FUNBEC)**, 2008. Tese (Doutorado) em História das Ciências e da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.
- ARCE, Ana Inês. **“Jóias para os Museus da História”**: o acervo documental sobre a
- BARCELLOS, Daisy Macedo de. Dante de Laytano e o folclore no Rio Grande do Sul. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 252-275, nov. 1997.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand do Brasil, 1989.
- BRITTO, Luciana Oliveira de; et al. A Sala Julio de Castilhos e a construção do mito do patriarca. In: POSSAMAI, Zita et al. **Imagens e artefatos**: estudos sobre o acervo do Museu Julio de Castilhos. Porto Alegre: UFRGS, 2011. CD-ROM.
- CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE. **Anais do Congresso Brasileiro de Folclore**. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1952. v.1, p. 77-85.
- CASTRO, Fernando Vale. As colunas do templo: o folclore no pensamento de Gustavo Barroso. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 35, p. 197-212, 2003.
- COMISSÃO ESTADUAL DO FOLCLORE. **Correio do Povo**. Porto Alegre, RS. Hemeroteca Acervos Digitais. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. 4 de maio de 1954. Disponível em: <[http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID\\_Secao=62](http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=62)>. Acesso em 13 de junho de 2023.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **O Museu Júlio de Castilhos cumpre com sua finalidade**. Porto Alegre, RS. Hemeroteca Acervos Digitais. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. 15 de janeiro de 1958. Disponível em: <[http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID\\_Secao=62](http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=62)>. Acesso em 13 de

junho de 2023.

- FATTORI, Ígor Lopes. **“Intelectual e Cola-Fina”**: a participação de Walter Spalding na formação do Tradicionalismo (1952-1958). Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- FERREIRA, Edilaine Custódio. **“O Povo Brasileiro Através do Folclore”**: Reflexões da Cultura Política 1941-1945, 2006. Dissertação (Mestrado) em História. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR. 2006.
- GOMES, Fernanda Santos. **A construção da identidade gaúcha: Relações entre ensino de história e Movimento Tradicionalista Gaúcho**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- LAHIRE, Bernard (org). Campo. **Vocabulário Bourdieu**. 1 ed. São Paulo: Autêntica, 2017. p. 64 - 66.
- MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondência expedida**, v.1, 1954. 467fls.
- MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondência expedida**, v.1,1952. 548fls.
- MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondência expedida**, v.2, 1953. 383fls.
- MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondência expedida**, v.2, 1954. 435fls.
- MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Correspondência recebida**, v.1, 1955. 181fls.
- NEDEL, Letícia Borges. Entre a beleza do morto e os excessos dos vivos: folclore e tradicionalismo no Brasil meridional. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 62, p.193-215. 2011.
- NEDEL, Letícia Borges. **Paisagens da Província: O regionalismo sul-riograndense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta**, 1999. Dissertação (Mestrado) em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ. 1999.
- NEDEL, Letícia Borges. **Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**, 2005. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Brasília, 2005b.
- NEDEL. Letícia Borges. Breviário de um Museu Mutante. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 87-112. 2005a.
- OLIVEIRA, Vânia Dolores Estevam de. A “imaginação museal” dos folcloristas. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v.9,

n.2, p. 171-191, nov. 2012.

- QUADRADO, Iandora de Melo. **Um Professor no Museu: Emílio Kemp e as práticas educativas no Museu Julio de Castilhos (1939-1950)**, 2022. Dissertação (Mestrado) em Museologia e Patrimônio. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2022.
- Revolução Farroupilha e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1925-1940), 2015. Dissertação (Mestrado) em História. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, RS 2015.
- SILVA, Ana Celina Figueira da. **Investigações e Evocações do Passado: O Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre-RS, 1925-1939)**, 2018. Tese (Doutorado) em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.
- SOUZA, Vanessa Becker. Museu Julio de Castilhos: 111 Anos de História em Arquivos. **Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul**. EDIJUC. Porto Alegre, 2014.
- VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. **Projeto e missão: O movimento folclórico brasileiro (1947-1964)**, 1995. Tese (Doutorado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1995.

**Recebido em:** 15/07/2023

**Aceito em:** 02/11/2023